



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO01>

A paternidade na percepção de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social

Paternity in the perception of women responsible for single-parent families in social vulnerability situations

Paternidad en la percepción de mujeres responsables de familias monoparentales en situaciones de vulnerabilidad social

Mônica Sperb Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, monicasperbm@gmail.com,
<https://orcid.org/0000-0002-9493-4829>

Bruna Fragoso Cousseau

Universidade Federal de Santa Maria, brunafragosocousseau@gmail.com,
<https://orcid.org/0000-0002-1666-3496>

Karina Scapin Teixeira

Universidade Federal de Santa Maria, kaka.s.t@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-0751-777X>

Gabriela Sarturi Rigão

Universidade Federal de Santa Maria, gabrielasarturi4@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8107-3639>

Caroline Rubin Rossato Pereira

Universidade Federal de Santa Maria, carolinerrp@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9861-8391>

Resumo

As famílias monoparentais femininas compõem, juntamente com as demais configurações familiares, a pluralidade dos arranjos familiares no Brasil. Estas têm sido associadas frequentemente às situações de pobreza ou vulnerabilidade social, em que a mulher, responsável pelo sustento do lar e cuidado dos filhos na ausência do cônjuge, vivencia sobrecarga de funções, dentre outras adversidades. Discursos contemporâneos apontam para a relevância da participação paterna na vida dos filhos. Assim, este estudo qualitativo e exploratório objetivou conhecer os significados atribuídos à paternidade na visão de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas vivendo em situação de vulnerabilidade social. Participaram 10 mães com filhos crianças que responderam a um questionário sociodemográfico e a uma entrevista semiestruturada. Os dados coletados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo. Identificou-se a percepção de protagonismo materno nas famílias, sendo a ausência paterna sentida no domínio financeiro e disciplinar. O afastamento paterno teve também implicações significativas no relacionamento coparental, sendo raro o compartilhamento de tarefas entre as mães e os pais ou outras referências da família paterna. Apesar de pouco contarem com o pai das crianças, o distanciamento dos conflitos conjugais foi referido como tendo impactado positivamente o bem-estar de algumas famílias, demonstrando que a participação paterna deve ser pensada em níveis de qualidade e não apenas de presença ou ausência.

Palavras-chave: parentalidade; paternidade; relações familiares; vulnerabilidade social

Abstract

Female single-parent families make up, together with other family configurations, the plurality of family arrangements in Brazil. These have often been associated with situations of poverty or social vulnerability, in which the woman, responsible for supporting the home and taking care of the children in the absence of the spouse, experiences an overload of functions, among other adversities. Contemporary speeches point to the relevance of paternal participation in the lives of children. Thus, this qualitative and exploratory study aimed to know the meanings attributed to fatherhood in the view of women responsible for female single-parent families living in a situation of social vulnerability. Participated in the study 10 mothers with children who answered a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview. The collected data were transcribed and submitted to content analysis. The perception of maternal protagonism in families was identified, with the paternal absence being felt in the financial and disciplinary domain. Paternal withdrawal also had significant implications for co parental relationships, with the sharing of tasks between mothers and fathers or other references of the paternal family being rare. Although they have little regard for the children's father, the distancing from marital conflicts was referred to as having a positive impact on the well-being of some families, demonstrating that paternal participation should be considered in terms of quality and not just presence or absence.

Keywords: parenting; paternity; family relationships; social vulnerability.

Resumen

Las familias monoparentales femeninas constituyen, junto con otras configuraciones familiares, la pluralidad de arreglos familiares en Brasil. Estos a menudo se han asociado con situaciones de pobreza o vulnerabilidad social, en las que la mujer, responsable de mantener el hogar y cuidar a los hijos en ausencia del cónyuge,

experimenta una sobrecarga de funciones, entre otras infortunios. Los discursos contemporáneos señalan la relevancia de la participación paterna en la vida de los niños. Por lo tanto, este estudio cualitativo y exploratorio tuvo como objetivo conocer los significados atribuidos a la paternidad en la opinión de las mujeres responsables de las familias monoparentales que viven en una situación de vulnerabilidad social. Participaron 10 madres con hijos que respondieron un cuestionario sociodemográfico y una entrevista semiestructurada. Los datos recopilados fueron transcritos y sometidos a análisis de contenido. Se identificó la percepción del protagonismo materno en las familias, y la ausencia paterna se sintió en el ámbito financiero y disciplinario. La abstinencia paterna también tuvo implicaciones significativas para las relaciones coparentales, ya que el intercambio de tareas entre madres y padres u otras referencias de la familia paterna es poco frecuente. Aunque tienen poco respeto por el padre de los niños, se mencionó que el distanciamiento de los conflictos matrimoniales tiene un impacto positivo en el bienestar de algunas familias, lo que demuestra que la participación paterna debe considerarse en términos de calidad y no solo de presencia o ausencia.

Palabras clave: *parentalidad; paternidad; relaciones familiares; vulnerabilidad social.*

Introdução

Perante transformações históricas e sociais, as famílias pós-modernas vêm apresentando diferentes configurações e papéis, os quais ultrapassam o conceito de família nuclear. Neste sentido, conforme Dias (2005), o conceito de família pluralizou-se. O Censo Demográfico de 2010, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), já apontava tais modificações, evidenciando que a formação nuclear “pai, mãe e filho(s)” deixava de ser a maioria no país, ocupando 49,9% dos domicílios, ao passo que as demais configurações representavam 51,1% dos lares. Dentre estas configurações não nucleares, uma das possibilidades de apresentação das famílias refere-se àquela em que coabitam apenas um adulto (o pai ou a mãe) com os filhos, caracterizando a denominada “família monoparental”.

Em 2015, dentre os arranjos familiares com filhos no Brasil, 26,8% correspondiam às famílias de configuração monoparental feminina, lares em que a mãe é a responsável pelos filhos na ausência do cônjuge. Este número revelou-se bastante superior ao de famílias monoparentais masculinas, que no mesmo ano representava apenas 3,6% dos arranjos, demonstrando a predominância entre as famílias monoparentais da mulher como a figura de referência (IBGE, 2016). Assim, é relevante identificar características e aspectos do funcionamento destas famílias, tendo em vista

que as mulheres enfrentam a peculiaridade de assumirem, muitas vezes sozinhas, o sustento dos lares e a criação dos filhos. Acredita-se que tais realidades precisam ser compreendidas considerando as especificidades culturais e sociais brasileiras, baseando-se em pesquisas e produções nacionais.

Na literatura científica, a monoparentalidade feminina tem sido associada frequentemente com situações de pobreza ou vulnerabilidade. Nogueira (2017) explica que essa associação advém do fato destas famílias contarem apenas com o rendimento financeiro de um dos pais, que por sua vez, devido ao menor nível de escolaridade, têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou acesso a empregos regulamentados. Assim, essas mulheres estão expostas ao risco e à tensão de conciliar o trabalho ordenado com os afazeres domésticos, a limitação de renda e as jornadas de trabalhos extensas ou mal remuneradas (Araújo, 2019; Pinto et al., 2011).

Diversos estudos têm associado a experiência de mulheres responsáveis por famílias monoparentais com uma sobrecarga de funções. A estas mulheres se atribuem as responsabilidades da manutenção da casa e de proteção, sobrevivência e educação dos filhos (Carloto, 2005; Costa & Marra, 2013; Cúnico & Arpini, 2014a; Perucchi & Beirão, 2007; Verza, Sattler & Strey, 2015). Nesse sentido, as mulheres responsáveis por famílias monoparentais enfrentam desafios na organização das diferentes esferas de suas vidas (social, profissional, amorosa, dentre outras), sendo que a condição de monoparentalidade demanda, muitas vezes, uma logística mais complexa e elaborada da rotina familiar (Verza et al., 2015).

Embora nessas famílias o pai não resida com os filhos e não conviva conjugalmente com a mulher, isso não deveria ser motivo para sua desresponsabilização em relação aos filhos. Questiona-se, portanto, o envolvimento paterno no cotidiano das famílias monoparentais femininas. A esse respeito, Cúnico e Arpini (2014a) realizaram um estudo com mulheres chefes de família monoparental, provenientes de grupos populares em uma cidade do Rio Grande do Sul. As autoras perceberam a naturalização, por parte das mulheres, do afastamento paterno em relação aos filhos, após a dissolução da conjugalidade. Atribuía-se ao papel paterno a exclusiva tarefa de contribuição financeira para a sobrevivência dos filhos, sem necessidade de envolvimento afetivo, o qual, por sua vez, foi atrelado ao papel materno e a uma condição considerada por elas como naturalmente feminina.

Por outro lado, Perucchi e Beirão (2007), ao estudarem as concepções de paternidade na visão de mães chefes de família residentes no interior do estado de Santa Catarina, identificaram o entendimento de que o sustento financeiro familiar deveria ser compartilhado entre pai e mãe, e não considerado uma exclusividade paterna. A maioria das participantes se reconheceu desempenhando o que consideravam como funções tanto maternas quanto paternas. Porém, apontaram para a importância da participação do pai no âmbito da educação dos filhos, associado como figura de autoridade fundamental para a construção da personalidade das crianças.

No entanto, a figura paterna nem sempre é desejável no contexto familiar, tendo sua ausência sentida em algum âmbito. Através das histórias de vida de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social da cidade de Santos (São Paulo), Pinto et al. (2011) destacaram que a figura paterna, de um modo geral, foi retratada como ausente ou negativa. A visão das participantes sobre a paternidade foi, portanto, embasada em vivências constituídas nas relações estabelecidas e acumuladas ao longo da sua história, associadas ao abandono ou à violência intrafamiliar e doméstica. Concepções de gênero, baseadas no modelo patriarcal, ficaram evidentes, relacionando a maternidade à sensibilidade e à submissão e a paternidade à autoridade e à força (Pinto et al., 2011).

Nesse tocante, as mães podem indicar percepções positivas sobre assumir a responsabilidade familiar na ausência do companheiro. Araújo (2019), em estudo com mulheres chefes de famílias monoparentais residentes em municípios do Rio de Janeiro, identificou a valorização das participantes em relação a si mesmas como mães frente à possibilidade de se responsabilizar por suas famílias, atrelada ao orgulho de uma independência conquistada. Nessas famílias, os rompimentos conjugais haviam sido solicitados pelas mulheres, sob justificativa de comportamentos violentos do companheiro e pai de seus filhos. Rosado, Teixeira, Loreto e Andrade (2011), em estudo com mulheres do município de Viçosa (MG) que eram detentoras da guarda dos filhos, também destacaram os aspectos positivos identificados pelas mulheres em suas vidas e na vida familiar após as separações conjugais. Esses envolviam especialmente os domínios de trabalho remunerado, incluindo-se, a capacitação e crescimento profissional, a redução das tarefas domésticas e o aumento das atividades de lazer da mulher com sua família. Ainda, as mulheres referiram mudanças positivas com relação

ao domínio da educação dos filhos, por meio do estabelecimento de seus próprios critérios, que muitas vezes se confrontavam com os do pai das crianças.

Recentemente, visões contemporâneas sobre um “novo pai” vêm apontando para a relevância do seu engajamento e participação para a garantia do desenvolvimento saudável dos filhos e indicando o seu distanciamento de uma figura exclusivamente de provedor familiar para assumir posturas mais afetivas e de cuidado (Bossardi & Vieira, 2015). Contudo, concepções tradicionais sobre a figura paterna podem impactar o imaginário e as práticas sociais relacionadas à paternidade, apesar dos avanços contemporâneos (Oliveira & Silva, 2011). Campeol e Crepaldi (2019) evidenciam a paternidade como um processo complexo e pluridimensional, de modo que para compreender a relação pai-filho faz-se importante considerar diferentes aspectos: a mediação materna sobre a participação do pai na vida dos filhos; a carência de programas sociais e políticas públicas que reconheçam a importância paterna para o desenvolvimento dos filhos ou que promovam práticas parentais paternas positivas, dentre outros.

Objetivos

Em sentido contrário às ideias reducionistas de que as mulheres devem assumir sozinhas as responsabilidades domésticas e para com os filhos, reconhecendo as mudanças nas famílias brasileiras e as dificuldades que famílias monoparentais femininas podem enfrentar, faz-se necessário atentar às diferentes formas de conceber a paternidade neste cenário. Perante a experiência da mulher na monoparentalidade, questiona-se a respeito da sua visão acerca do papel paterno no convívio familiar e com os filhos. Assim, o presente estudo objetivou conhecer os significados atribuídos à paternidade na percepção de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas vivendo em situação de vulnerabilidade social.

Método

Delineamento

O presente estudo constitui-se como uma pesquisa qualitativa, transversal e exploratória (Creswell & Creswell, 2017). A abordagem qualitativa em pesquisa

permite a descoberta do universo vivido pela população, compreendendo o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem (Minayo, 2014). O caráter exploratório possibilita maior familiaridade com o tema, visando torná-lo mais explícito, além de propiciar a consideração de diversos aspectos relativos ao fenômeno estudado (Gil, 2010).

Participantes

Participaram deste estudo 10 mulheres, mães de crianças, responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. As participantes eram responsáveis por famílias de configuração monoparental, residindo junto aos seus filhos, sendo ao menos um deles criança, definido conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, 1990) com idade de até doze anos incompletos, no momento da coleta de dados. As famílias estavam vinculadas a algum dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município em que se realizou o estudo. A Tabela 1 apresenta algumas características sociodemográficas das participantes do estudo.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos das participantes

Participante*	Idade	Escolaridade	Ocupação	Reside com	Renda materna (salário mínimo)
Magnólia	42	Ensino médio completo	Cuidadora de idosos	Filhos (10, 11, 17 e 18 anos)	0,8
Camélia	35	Ensino fundamental incompleto	Doméstica	Filhos (11 meses, 6 e 11 anos), sogra, cunhada e sobrinho	0,65
Lís	22	Ensino médio incompleto	Do lar	Filhos (11 meses e 3 anos), irmãos, cunhada e mãe	0,45
Dália	29	Ensino fundamental completo	Do lar	Filhos (10 meses; 8, 9 e 13 anos)	1
Hortênsia	37	Ensino médio incompleto	Do lar	Filhos (8 e 16 anos), mãe e tia	0,2
Jasmin	27	Ensino médio completo	Doméstica e vendedora	Filho (9 anos)	0,5
Melissa	23	Ensino fundamental incompleto	Doméstica	Filho (2 e 5 anos)	0,6
Rosa	32	Ensino fundamental completo	Doméstica e babá	Filhos (7, 10 e 13 anos)	1
Violeta	41	Ensino fundamental	Doméstica	Filhos	0,6

		incompleto		(7, 9, 11, 14 e 17 anos)	
Margarida	41	Ensino fundamental incompleto	Desempregada	Filhos (3, 5, 10, 11 e 14 anos)	0,4

Fonte: Elaborado pelas autoras.

*As participantes receberam nomes fictícios.

As participantes tinham idades entre 22 e 42 anos ($M = 32,9$; $DP = 7,47$). O número de filhos variou entre um e cinco ($M = 3,1$, $DP = 1,49$). Cinco das participantes constituíam famílias monoparentais devido à separação conjugal (Magnólia, Hortênsia, Jasmin, Melissa, Rosa e Margarida), duas devido ao falecimento dos esposos (Lís e Dália), uma por abandono do lar por parte do ex-companheiro (Violeta) e uma devido à situação de privação de liberdade do companheiro (Camélia). Três participantes (Hortênsia, Lis e Camélia) compunham famílias monoparentais extensas, enquanto as famílias das demais participantes se configuraram como monoparentais simples.

Instrumentos

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados um Questionário de Dados Sociodemográficos e uma Entrevista sobre a Maternidade em Famílias Monoparentais Femininas em Vulnerabilidade Social. O Questionário Sociodemográfico foi aplicado com a finalidade de obter uma caracterização geral das participantes e de suas famílias. Já a entrevista foi desenvolvida e aplicada em formato semiestruturado, permitindo a exploração do tema a partir da combinação de perguntas abertas e fechadas, pré-estabelecidas pelas pesquisadoras, sem, no entanto, a necessidade de restrição absoluta a estas (Minayo, 2014). O roteiro de Entrevista elaborado para este estudo explorou os significados de ser mãe, responsável por uma família monoparental vivendo em situação de vulnerabilidade social, incluindo a experiência de compartilhamento ou não dos cuidados das crianças com outras pessoas.

Procedimentos

O contato com as participantes foi realizado com a mediação dos profissionais de unidades de CRAS do município. Os profissionais verificavam as usuárias do serviço que correspondiam aos critérios de inclusão do estudo, indicando seus contatos telefônicos às pesquisadoras. Após o contato explicando a pesquisa, foram agendadas as coletas de dados em data e local escolhidos pelas participantes, sendo os encontros

realizados em suas residências ou nas unidades do CRAS. Esclarecidas acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As coletas de dados foram realizadas de forma individual, com duração média de uma hora e trinta minutos, sendo gravadas em áudio para posterior transcrição e análise.

Análise dos dados

Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temática, a qual visa compreensões comuns aos dados e a identificação de categorias a serem analisadas e discutidas (Bardin, 2016). Na etapa de pré-análise, as autoras realizaram a leitura exhaustiva das transcrições, identificaram todos os trechos das entrevistas relacionados ao objetivo do estudo e elaboraram um sistema de categorias temáticas. As categorias foram definidas *a posteriori*, ou seja, a partir dos elementos significativos que surgiram nos relatos das participantes, correspondendo ao modelo aberto (Laville & Dionne, 1999). Em seguida, duas juízas analisaram cada um dos trechos identificados no material das entrevistas associando-os a uma das categorias temáticas estabelecidas. Calculou-se o grau de concordância entre as juízas a partir do cálculo do coeficiente Kappa, obtendo-se o valor de 87,1%, que aponta para um alto grau de concordância (Fonseca, Silva & Silva, 2007). Posteriormente, as discordâncias identificadas na categorização dos trechos realizadas pelas juízas foram sanadas em conjunto, por consenso. Por fim, foram realizadas as inferências e interpretações acerca dos resultados.

Considerações éticas

A pesquisa seguiu os procedimentos éticos descritos na Resolução 510 de 2016 que regulamenta as condições da pesquisa com seres humanos em Ciências Sociais e Humanas, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ademais, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, sob número CAAE: 81489417.9.0000.5346.

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados e discutidos a partir das três categorias

temáticas de análise identificadas: (1) “Mãe é tudo”: o protagonismo materno na família monoparental; (2) A importância da figura paterna e sua falta no contexto familiar; e (3) Repercussões da monoparentalidade para as relações familiares.

1) *“Mãe é tudo”: o protagonismo materno na família monoparental*

Esta categoria contempla o protagonismo materno na vida familiar, em detrimento da figura paterna, na percepção das participantes do estudo. A presença paterna foi considerada pelas mães como pouco necessária e não ocupando um lugar de referência para os filhos. A mãe, por sua vez, foi referida como muito relevante para estes e para a manutenção familiar: *“Mãe é tudo. Tudo precisa da mãe. Todas as coisas é a mãe, mãe pra isso, mãe pra aquilo. É uma responsabilidade. Pode ter até o pai, mas a primeira coisa que vem na cabeça é a mãe. Pra algum pedido ou ajuda dos filhos. É porque mãe é tudo.”* (Hortênsia). *“Eu acho que mãe é tudo numa família, porque a mãe tem todas as responsabilidades. Por mais que tenha um pai ali presente, nada que uma mãe não faça. O pai não fica lá de noite, acordado, com filho, não leva no médico. Pelo menos não conheço pai que seja assim. (...) Mãe é a figura principal dentro de uma família.”* (Rosa).

Estes resultados assemelham-se aos encontrados por Cúnico e Arpini (2014a), em que mulheres responsáveis por famílias monoparentais atribuíam grande valor à maternidade associada à ideia da mãe como aquela que melhor cuida dos filhos, assim, entendida como mais importante do que o pai na família. As participantes possuíam ainda percepções bastante tradicionais do que seriam atribuições paternas e maternas, sendo que, para elas, alguns homens não teriam preparo suficiente para serem pais. A maternidade, por sua vez, foi entendida como inerente à condição feminina, atrelada ao cuidado, carinho e amor.

Relacionado a essas perspectivas, Pinto et al (2011), em estudo sobre a trajetória de vida de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social residentes em Santos (SP), apontaram que ao longo da história de vida dessas mulheres a distinção entre os papéis de pai e mãe basearam-se nas construções sociais de gênero do modelo patriarcal, percebendo o espaço doméstico como um território predominantemente feminino. Essa concepção era reforçada na medida em que, para essas mulheres, a figura materna parecia representar uma reprodução de valores machistas e da subordinação feminina. Além disso, o valor da

maternidade ganhou destaque nas narrativas das participantes, legitimada socialmente. Assim, a centralidade da relação mãe-filho e o amor materno demarcaram a identidade feminina e, em alguns casos, o sentimento da maternidade torna-se uma recompensa em suas vidas.

As participantes do presente estudo também indicaram a figura paterna como pouco implicada nas responsabilidades e cuidados com os filhos: “*Aí [quando o filho ficou doente] liguei pro pai deles pra ver se podia ajudar em alguma coisa, mas não podia contar. Era só eu e eu.*” (Rosa). Ainda, nas famílias de Camélia e Hortênsia, a presença paterna na vida dos filhos era considerada restrita, e relacionada apenas a momentos esporádicos, como férias ou outras atividades de lazer: “*O pai do L. [filho] vem uma vez por ano. Ele [ex-companheiro] vem pra vó dele, daí ele vai lá e busca o L., fica uma semana com ele ali.*” (Camélia). “*Ele [ex-companheiro] leva pra onde ele tá, nos irmãos dele, ficar o final de semana com ela [filha].*” (Hortênsia). “*A minha guria, ela vai nas férias visitar o pai dela em [nome da cidade].*” (Magnólia).

A literatura aponta que a ausência paterna no cotidiano das famílias monoparentais femininas é comum, sendo que o pai participa pouco da vida dos filhos (Cúnico & Arpini, 2014b, 2016; Peruchi & Beirão, 2007). Pinto et al (2011) demonstram ainda que nas histórias de vida das próprias mães a sua figura paterna também não havia sido presente. Conforme os autores, em seu estudo com famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social, a figura paterna foi retratada como ausente ou associada a características negativas. Suas figuras maternas, por sua vez, embora associadas às lembranças de violência doméstica por elas sofridas, foram apresentadas como figuras de destaque na vida das mulheres.

2) A importância da figura paterna e sua falta no contexto familiar

A presente categoria refere-se à importância atribuída pelas participantes à figura paterna e a falta deste em alguns âmbitos da vida familiar. Apesar do destaque conferido à mãe para a família, algumas participantes indicaram a falta de alguém que exercesse o papel paterno na família, por elas reconhecido como atrelado à autoridade e à disciplina na educação das crianças: “*A gente perdeu o [meu] pai. Praticamente era o pai pra elas [filhas]. Então, a gente tenta relevar muita coisa. A gente tenta botar limite até por ali, mas eu não consigo.*” (Magnólia); “*Tem que dar um jeitinho. Eles não querem muito, mas tem que falar que ‘não’, daí eles não fazem. (...) Eu converso. Mas a*

falta do pai [deles] eles falam, sempre falam, não tem como não falar.” (Dália)

Para além do âmbito educativo, uma das participantes ainda apontou para a importância da figura paterna em termos do vínculo emocional e afetivo, destacando a dificuldade de lidar com a ausência do pai das crianças no dia a dia: *“Eu sempre tento fazer alguma coisa com elas, principalmente com a maiorzinha, pra ela não ficar pensando. Por que, às vezes, ela pergunta do pai, sabe. Daí eu tento sempre ficar distraído ela, com desenho, com joguinho, brincando. (...) Porque ela sempre tá perguntando. Não é sempre, mas às vezes que ela tá parada assim, ela fala: ‘Ah, queria o pai’, né.” (Lís).*

Estudos realizados com famílias monoparentais femininas também identificaram a importância atribuída à participação do pai na vida dos filhos e que esta relevância estaria principalmente associada ao exercício da autoridade. Conforme Perucchi e Beirão (2007), que investigou mulheres chefes de família residentes no interior do estado de Santa Catarina, o papel paterno esteve associado ao estereótipo do modelo tradicional de paternidade, estando vinculado à figura que exerce autoridade sobre os filhos. Dessa forma, a ausência paterna foi referida pelas mães como um elemento que dificultava a educação dos filhos. Esse papel educativo sobressaiu-se à concepção também tradicional do pai como provedor financeiro da família.

O distanciamento do pai no domínio do cuidado e da educação dos filhos também foi identificado por Cúnico e Arpini (2014b) em estudo com mulheres que compunham famílias monoparentais residentes na periferia de um município do Rio Grande do Sul. As autoras constataram uma grande importância atribuída ao homem (pai) no que concerne ao exercício da autoridade, garantindo moral e respeito. Por outro lado, Rosado et al. (2011) constataram que, na visão de mães detentoras da guarda dos filhos em Viçosa (MG), o papel materno na educação dos filhos melhorou após a separação conjugal, pois mesmo perdendo a autoridade exercida pela presença paterna no lar, atitudes maternas perante a educação comportamental e moral dos filhos se fortaleceram.

Por outro lado, também se percebeu no presente estudo uma atualização do papel paterno na família, como sendo importante para além dos papéis tradicionais de autoridade ou de provedor. De acordo com Santos, Campana e Gomes (2019), o desempenho do papel de cuidador pela figura paterna vem contrapondo-se aos antigos estereótipos que sustentam a imagem de uma paternidade distanciada e responsável

apenas pelo provimento financeiro e pela autoridade. A partir de uma revisão de literatura da produção científica nacional e internacional, as autoras apontam que é crescente o número de estudos voltados para os benefícios do engajamento e envolvimento afetivo paterno no desenvolvimento infantil, como fator de prevenção para comportamentos antissociais, promoção de segurança, autoestima e estabilidade emocional à criança, além de melhores índices de desempenho escolar, ressignificando, assim, sua participação nos cuidados parentais.

Entretanto, nas famílias monoparentais femininas, sobretudo no contexto de vulnerabilidade, pode existir ainda um ideal de paternidade e maternidade associado a modelos tradicionais, com pouco espaço para o compartilhamento dos papéis parentais, por vezes dificultando a participação da figura paterna nos cuidados dos filhos. De acordo com Verza, Sattler e Strey (2015), o mito da família perfeita, advindo de um ideal social baseado no patriarcado, se faz presente no imaginário social de muitas dessas famílias, insistindo-se na manutenção de um único modelo de sucesso: o da família nuclear com papéis parentais rigidamente definidos. Ademais, a mãe ser associada como figura fundamental de cuidados, com competências específicas, faz parte do conjunto de qualidades comumente outorgadas à identidade feminina, valorizado e reconhecido socialmente. Assim, as mulheres percebendo a maternidade como uma experiência totalizante, instituída desde a infância, por vezes, acabam por distanciar os homens/pais da prestação de cuidados, o que pode favorecer um papel de omissão, libertando-os da responsabilidade parental (Martins, Abreu & Figueiredo, 2014).

A falta do apoio paterno para o sustento e manutenção em termos financeiros da família também foi evidenciada no presente estudo. As falas a seguir demonstram o impacto negativo associado às demandas financeiras que afetam o provimento de recursos materiais para o cuidado dos filhos: “*É, ele [ex-companheiro] ajudava bastante, mas de uns dois anos e meio para cá, três anos que ele não ajuda em nada.*” (Margarida); “*O pai das crianças abandonou a casa, aí eu tive que carregar tudo sozinha. Sofri muito, que eu tinha que trabalhar e cuidar dos pequenos tudo dentro de casa, foi muito difícil. [...] Então, a minha necessidade mesmo é com o alimento, a roupa e o calçado pras meninas.*” (Violeta). “*Lá pelo dia 20 [do mês] já vai acabando a comida, já vai acabando o gás, isso e aquilo, e daí tem que tá repondo: é um calçado, um chinelo, um tênis, uma roupa. Que todos os meses eles precisam. Eles precisam*

daquilo! Então, é uma coisa que é bem complicada.” (Rosa).

Cúnico e Arpini (2014b) também relataram as dificuldades econômicas presentes no arranjo monoparental de famílias que vivem em periferias, as quais se acentuam diante da necessidade da mulher assumir o sustento da casa somado ao cuidado com os filhos. Em sentido semelhante, Scarpellini e Carlos (2011) constataram em estudo com mulheres chefes de famílias no município de Apucarana, a presença de dificuldades financeiras em decorrência da ausência da participação paterna na criação dos filhos. A condição de monoparentalidade exige que estas mulheres sejam as protagonistas tanto no cuidado com os filhos, quanto no provimento do lar, o que pode ocasionar uma jornada exaustiva e sobrecarga materna.

Em consonância com o exposto, Madalozzo e Blofied (2015) destacaram a percepção de que papéis tradicionais de gênero permanecem presentes, atrelando a função central da paternidade ao apoio econômico, o que ratifica os relatos das mulheres do estudo quanto às dificuldades financeiras diante da monoparentalidade. Somado a isso, os autores, a partir de um estudo realizado com pais e mães de crianças de até seis anos em contexto de baixa renda de São Paulo, apontaram para o maior envolvimento no cuidado com as crianças por pais que moram com seus filhos, enquanto que a maioria dos pais não residentes não apóia seus filhos financeiramente e de forma regular (Madalozzo & Blofied, 2015). A partir disso, entende-se que concepções sociais que atrelam o provimento econômico da família a uma tarefa do homem podem contribuir para que as mães sintam a ausência do pai na família neste âmbito econômico. Porém, não podem ser desconsideradas as dificuldades de renda das mães participantes do estudo, que vivem situações de pobreza, desemprego ou subempregos, o que evidencia ainda mais a real lacuna da contribuição financeira dos pais no sustento dos filhos.

Com relação a isso, as participantes do presente estudo referiram enfrentar dificuldades e a necessidade de intervenções para garantir o comprometimento paterno com o pagamento da pensão alimentícia: *“Ele tinha um bom salário, nunca deixou faltar nada pras crianças, sempre me ajudou em tudo. (...) Aí depois [que deixou o lar], parece que a família dele é como se não existisse mais, ele virou as costas pra família”* (Violeta); *“Eu que tenho que tá correndo atrás, tenho que tá ligando. Tipo, mês passado eu liguei pra ele ‘Ó, tu paga a pensão esse mês. Quando tu vai depositar?’. ‘Ah porque eu vou pagar se eu quiser, porque eu vou mandar se eu quiser’. E aí fica*

naquela enrolação. (...) Aí, ele paga um mês, dois, aí ele volta a não pagar de novo. Aí, eu tenho que ir lá de novo.” (Rosa).

Ao estudar famílias monoparentais femininas residentes na periferia de uma cidade do Rio Grande do Sul, Cúnico e Arpini (2016) apontaram que a paternidade desempenhada pelos ex-companheiros envolve comumente o distanciamento afetivo, o não comprometimento com o cotidiano dos filhos, sua saúde e educação, além da isenção dos deveres financeiros, como o não pagamento da pensão alimentícia. Nesse sentido, Brito (2007) pontuou as dificuldades na criação dos filhos quando não havia reconhecimento, afetivo e legal, por parte do pai de seus laços e responsabilidades para com os filhos. Conforme destacado pela autora, tanto a presença e envolvimento afetivo do pai quanto a sua contribuição material e monetária são aspectos essenciais ao desenvolvimento e à sobrevivência dos filhos.

3) Repercussões da monoparentalidade para as relações familiares

Nesta categoria são abordadas as repercussões da monoparentalidade e, em alguns casos, do distanciamento paterno para as famílias. Foram identificadas, na percepção das mães, mudanças tanto positivas quanto negativas a partir da formação das famílias monoparentais. Como mudança negativa foi referida a sobrecarga de responderem sozinhas às exigências que envolvem o cuidado com os filhos e a manutenção da casa e da família, temática detalhadamente apresentada e discutida na categoria anterior.

Ainda, uma das participantes relatou que o ex-companheiro utilizava do recurso financeiro como um mecanismo de controle e influência sobre sua vida. Esta situação revelava a manutenção dos conflitos interparentais no pós-divórcio e o não comprometimento do pai frente a um direito dos filhos: *“Eu acabo passando muitas vezes necessidade, apertados, pra evitar de estar me incomodando, me estressando mais com aquilo ali, que eu sei que é uma coisa que ele vai continuar pro resto da vida, fazendo aquela incomodação, porque ele acha que é um castigo pra mim. Só que, que nem eu disse pra ele: ‘Isso não é pra mim. É um castigo que tu tá dando pros teus filhos. Tu tá privando eles de ter um pouco mais. É um direito deles.’”* (Rosa).

Identifica-se, dessa forma, que conflitos referentes à relação conjugal repercutiam negativamente na relação pai-filhos mesmo posteriormente à ruptura da relação conjugal. A esse respeito, Juras e Costa (2016), em estudo com famílias de

baixa renda da cidade de Brasília, envolvendo quatro mães e três pais que vivenciaram a separação conjugal, evidenciaram que a dificuldade na manutenção da coparentalidade após a separação conjugal estava associada, dentre outros fatores, à presença de intensos sentimentos direcionados ao ex- cônjuge, como mágoa, tristeza e raiva. Assim, conforme as autoras, se estabelece uma confusão na diferenciação dos papéis parentais e conjugais e impasses em proteger os filhos dos conflitos conjugais, dificultando o relacionamento parental após a separação. Também Brito (2008) salienta o casal como subsistema autônomo para a dissolução da conjugalidade, afirmando que o “ser pai” e o “ser mãe” devem se constituir como laços indissolúveis, que devem ser preservados e mantidos independentemente das condições da conjugalidade.

Em paralelo às dificuldades apontadas e aspectos negativos associados à constituição da família monoparental, algumas participantes indicaram satisfação em relação ao novo *status* familiar. Nesses casos, as mulheres identificaram pouca alteração no envolvimento paterno após a separação, uma vez que percebiam pouca colaboração e compartilhamento de responsabilidades com o ex-companheiro mesmo no período em que este residia com a família. Além disso, ter o companheiro presente no convívio familiar implicava em cobranças e controle em relação a elas próprias. *“Sempre fui eu. Por mais que eu tinha o pai do meu filho ele nunca fazia nada. (...) Então, não adianta ter uma pessoa que não ajuda. De tudo eu prefiro mil vezes sozinha do que uma pessoa que não ajuda. Atrapalha mais do que ajuda, não adianta. (...) Mais tranquilo do que ter um homem dentro de casa, querer mandar fazer, que horas chega, que tem que fazer.”* (Hortênsia).

Ainda, em alguns casos em que houve separação conjugal, essa representou o fim de um ciclo de conflitos conjugais e até mesmo violência, o que impactou positivamente no convívio familiar: *“Eu me sinto melhor, porque antes [durante o casamento] eu não conseguia comer direito, eu me estressava, batia boca, me incomodava (...) Eu começava numa choradeira e toda hora tinha vontade de chorar, tinha vontade até de morrer”.* (Melissa); *“Eu consegui tirar ele da casa, mas isso levou dois anos. Bom, uma vez eu infartei, de tanto que eu me incomodei com ele, de tanto que ele me incomodou porque ele queria a casa, queria fazer uma casa lá nos fundos da minha casa. Uma vez ele foi lá e me agrediu, aí eu tive que chamar a polícia, ele saiu com a polícia de lá. Daí eu ganhei aquela Lei Maria da Penha que ele não podia chegar perto”* (Rosa).

Em consonância com o observado neste estudo, Pinto et al. (2011), por meio de pesquisa com mulheres chefes de família em condição de vulnerabilidade social residentes em Santos, constataram histórias de vida marcadas por violência, além de fragilidades, rupturas e vulnerabilidades. Os autores ressaltaram a vivência de violências exercidas pelos ex-companheiros, seja por coerção sexual, violência física ou psicológica. Assim, o afastamento paterno em alguns casos pode representar o fim de um ciclo de violências.

Uma das participantes, por outro lado, incluiu o pai e sua relação com os filhos como parte da melhora na qualidade das relações familiares após a separação conjugal. Neste caso, reconheceu que a figura paterna passou a ter uma presença mais significativa na vida do filho após a separação conjugal, reduzindo os conflitos entre a dupla parental e assumindo responsabilidades e atribuições referentes à coparentalidade: *“De uns tempos pra cá, parece que a nossa família ficou mais unida. Porque ele [ex-companheiro] antes trabalhava fora, então, era complicado. Daí, agora, no tempo que ele não tá viajando, ele quer ficar com o R [filho]. E geralmente eu sou aquela mãe grudenta, eu gosto de tá perto, então a gente costuma fazer a programação juntos, os três saírem juntos, que antes a gente não fazia. (...) Tem gente que diz até que o Z [ex companheiro] e eu não separamos, porque a gente está sempre unido, sabe. Também sempre unidos, mas tudo em prol do R.”* (Jasmin).

Além das mudanças nas relações intrafamiliares, as relações com a família extensa por parte do pai também foram alteradas com a nova configuração familiar, sendo membros da família paterna apontados pelas mães como figuras de influência na vida dos filhos. A participação da família extensa foi referida tanto de forma positiva, como parte de sua rede de apoio: *“Toda a família dele [ex-companheiro] se uniu e adotou a gente. Então, qualquer coisa, chegavam da cidade, do interior, e chamavam a gente. Deus sempre colocou pessoas boas pra estarem presentes na minha vida pra me ajudar”* (Melissa); *“Eu acho que alguém que eu posso contar mesmo pra qualquer coisa que eu precisar é por parte da família dele [falecido marido], sabe. O vô delas tem as gurias como filha deles. Então, ele eu sei que eu posso contar se um dia eu não puder fazer alguma coisa”* (Lís); quanto de forma negativa, adicionando entraves à relação pai-filhos: *“A ex-sogra, no caso a mãe dele [do ex-companheiro], disse ‘não é bom ele ficar muito perto do R. [filho], porque vai que ele case algum dia ou tenha*

filhos, daí ele vai ter que ficar mais perto da outra família do que do R.' [...] Às vezes, incomoda isso, sabe." (Jasmin).

No presente estudo, a manutenção de uma relação de apoio com a família do pai apenas foi possível nos casos em que o ex-casal havia se casado ainda adolescentes e vivido por bastante tempo junto ou de forma próxima à família do pai. Nesse sentido, Brito (2008) apontou que os desdobramentos da separação do casal no contexto familiar podem incluir o afastamento em relação à família extensa paterna nas situações em que os filhos ficam sob a guarda da mãe. Relacionado a isso, o estudo de Cúnico e Arpini (2014a) também observou que, diante de conflitos do ex-casal, algumas mães restringiam o contato dos filhos com a família paterna.

Além disso, há de se considerar que dependendo a idades dos filhos estes terão maior ou menor autonomia para optar por buscar o contato com o pai ou conviver com ele. Conforme Pereira, Prola e Silva (2015), arranjos de guarda após a separação conjugal devem ser revisados periodicamente, considerando as circunstâncias de vida e as necessidades desenvolvimentais dos filhos. Para bebês e crianças pequenas o contato consistente e frequente com os responsáveis é essencial para o estabelecimento dos vínculos. Já para crianças em idade escolar ou adolescentes esses contatos já podem ser mais ajustados considerando seus interesses.

Buscando compreender as razões para a ausência paterna a partir da visão dos próprios pais, atendidos em núcleos de práticas jurídicas gratuitos no Rio Grande do Sul, Cúnico e Arpini (2013) identificaram que muitos deles justificam sua ausência da vida dos filhos alegando a difícil relação com a mãe das crianças e/ou com a família extensa materna. Outro empecilho para o exercício da paternidade identificado foi uma dificuldade de aceitação por parte da atual companheira de que o contato entre pai e filho se mantivesse ou, ainda, o fato de que os pais só sentiam-se responsáveis por exercer a paternidade com os filhos provenientes do relacionamento atual (Cúnico & Arpini, 2013).

Conforme já discutido, concepções sociais tradicionais a respeito dos papéis da mulher e do homem na família evidenciam um entendimento de que a figura paterna é secundária no contexto familiar, restrita ao provimento financeiro, enquanto a mulher é responsabilizada pelos cuidados parentais (Madalozzo & Blofield, 2015; Pinto et al., 2011). Essas concepções podem contribuir tanto para que muitas mulheres se reafirmem como as principais referências de cuidado para os filhos, sendo a participação dos

homens dependente de uma concessão feminina, quanto para muitos homens omitirem-se em relação ao envolvimento paterno (Santos et al., 2019). A partir do exposto, é importante considerar de forma sistêmica e multifacetada os múltiplos fatores que podem estar associados ao afastamento paterno ou a não manutenção dos vínculos pais-filhos.

Considerações finais

O presente estudo buscou conhecer os significados atribuídos à paternidade na percepção de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas que viviam em situação de vulnerabilidade social. Identificou-se a percepção de um protagonismo materno na família em detrimento da figura do pai. As mães reconheceram-se como a figura de referência aos filhos nos cuidados diários e em termos de envolvimento afetivo, ao passo em que o pai foi descrito como pouco participativo ou pouco presente na vida familiar, mesmo nos casos em que, segundo elas, isso seria possível. Por outro lado, a figura paterna teve sua importância reconhecida no âmbito financeiro e disciplinar.

Constatou-se, ainda, que o distanciamento paterno dificultou ou mesmo inviabilizou a manutenção de um relacionamento coparental, que envolveria tanto a divisão de tarefas e responsabilidades como o apoio entre as figuras parentais para o cuidado dos filhos. Foram escassos os relatos de compartilhamento de tarefas entre a mãe e o pai ou outra referência da família paterna da criança, ocasionando sobrecarga às mulheres por assumirem sozinhas os cuidados dos filhos e o provimento do lar. Mesmo nos poucos casos em que o pai contribuía financeiramente para o sustento dos filhos, isso não implicava em envolvimento afetivo com eles. Por outro lado, apesar de não contarem com uma participação paterna eficaz, a redução dos conflitos conjugais impactou positivamente o bem-estar de algumas famílias, demonstrando que a participação paterna deve ser pensada em níveis de qualidade e não apenas em termos de presença ou ausência.

Este estudo contribuiu para a ampliação do conhecimento científico sobre a paternidade em famílias monoparentais chefiadas por mulheres, evidenciando a necessidade de maior envolvimento paterno, de qualidade, no contexto familiar. A esse respeito, identifica-se a sobrecarga dessas mulheres em detrimento da falta de apoio da

figura paterna no compartilhamento das responsabilidades relacionadas à autoridade e educação, assim como ao sustento do lar. Ainda, salienta-se a necessidade de atentar para as peculiaridades que a condição de vulnerabilidade social confere às famílias do estudo, o que torna ainda mais relevante o envolvimento e o apoio paterno para a manutenção de condições adequadas de subsistência e bem-estar dos membros da família.

Nesse sentido, considera-se importante trabalhar para a não incumbência única das mães pela boa saúde e desenvolvimento dos filhos e para a superação de discursos que pessoalizam na mulher a responsabilidade familiar, incluindo os sucessos e fracassos que compõem as histórias familiares. A condição de pobreza ou vulnerabilidade social em que muitas famílias monoparentais estão expostas também não deve ser negligenciada. A esse respeito, faz-se essencial o reconhecimento de que essas famílias vivenciam uma falha social macro sistêmica, de modo que precisam ser incluídas como foco de ações de apoio por parte do Estado. Assim, tanto o pai, como a comunidade em geral, agências de saúde, assistência social e educação devem também se responsabilizar pela atenção, desenvolvimento e cuidado das crianças. Fazem-se necessários programas de fortalecimento das práticas parentais, de modo especial as paternas, bem como ações que potencializem as redes sociais dessas mulheres. Somado a isso, indica-se a criação de ações voltadas ao reconhecimento, desenvolvimento ou ampliação dos cuidados coparentais.

Ressalta-se, ainda, que os resultados e discussões aqui apresentados não esgotam a complexidade da temática, fazendo-se necessária a realização de novos estudos. Sugere-se que estudos futuros ampliem a amostra acessada, de modo a obter maior representatividade sobre a população estudada. Ainda, indica-se que outros estudos contemplem também a literatura internacional sobre famílias monoparentais femininas, uma vez que, para o presente estudo, optou-se por focar a literatura nacional, tendo em vista a peculiaridade do contexto de vulnerabilidade social dessas famílias na realidade brasileira.

Por fim, recomenda-se a investigação da paternidade em contextos familiares, sociais, culturais e econômicos diferentes do acessado no presente estudo, reconhecendo-se a diversidade de arranjos familiares presentes na contemporaneidade e as distintas condições em que vivem as famílias brasileiras. A ideia contemporânea de um “novo pai” nas famílias pós-modernas demanda o aprofundamento dos estudos

sobre o desempenho de um papel paterno mais participativo e afetivo junto às diferentes configurações familiares, o que parece ser um desafio ainda maior para as famílias monoparentais femininas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Referências

- Araújo, C. L. (2019). *Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/18983/1/DM-CLA-2019.pdf>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). (3ª reimp. da 1ª Ed. de 2016). São Paulo: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bossardi, C. N. & Vieira, M. L. (2015) Ser mãe e ser pai: integração de fatores biológicos e culturais. In: E. R. Goetz, M. L. Vieira (Orgs), *Novo pai: percursos, desafios e possibilidades* (pp. 15-30). Curitiba: Juruá.
- Brito, L. M. T. de. (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(1), 32-42. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v27n1/v27n1a04.pdf>
- Brito, L. M. T. de. (2008). *Paternidades Contestadas: A definição da paternidade como um impasse contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Del Rey.
- Campeol, Â. R. & Crepaldi, M. A. (2019). A (nova) relação pai-filhos: uma revisão integrativa da literatura nacional entre 2000 e 2019. *Psicologia Argumento*, 36(94), 501-526. doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.36.94.AO05>
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, X(4), 1-17. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>
- Costa, F. A. O. & Marra, M. M. (2013). Família brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-156. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>

- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2017). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Estados Unidos: Sage publications.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). O afastamento paterno após o fim do relacionamento amoroso: um estudo qualitativo. *Interação em psicologia*, 17(1). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i1.27560>
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014a) Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 693-703. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1413-73722418811>
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014b). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000100004
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2016). Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 40-48. doi: <http://dx.doi.org/10.24879/201600100020058>
- Dias, M. B. (2005). *Manual de direito das famílias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Fonseca, R., Silva, P. & Silva, R. (2007). Acordo inter-juízes: o caso do coeficiente Kappa. *Laboratório de Psicologia*, 5(1), 81-90. Recuperado de <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/lp/article/viewFile/759/702>
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <http://www.censo2010.ibge.gov.br>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>
- Juras, M. M. & Costa, L. F. (2016). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(nsp), 1-9. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne215>
- Laville, C. & Dionne, J. A. (1999). *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

- Madalozzo, R. & Blofield, M. (2017). Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 215-240. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p215>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O Desafio do conhecimento*. 14a Ed. São Paulo: Hucitec.
- Martins, C. A., Abreu, W. J. C. P. de, & Figueiredo, M. do C. A. B. de. (2014). Tornar-se pai e mãe: um papel socialmente construído. *Revista de Enfermagem Referência*, IV(2), 121-131. <https://dx.doi.org/10.12707/RIII1394>
- Nogueira, P. D. P. (2017). *A vivência da parentalidade em famílias nucleares e monoparentais beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Portucalense, Portugal. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/11328/1876>
- Oliveira A. G. & Silva R. R. (2011). Pai contemporâneo: diálogos entre pesquisadores brasileiros no período de 1998 a 2008. *Revista Psicologia Argumento*, 29(66), 353-360. doi: <https://doi.org/10.7213/rpa.v29i66.20297>
- Pereira, C. R. R., Prola, C. A., & Silva, S. L. (2015). O pai se separa da mãe, e dos filhos? A relação pai-filho(s) após a separação conjugal. In: Goetz, E. R., & Vieira, M. L. (Org.). *Novo pai: percursos, desafios e possibilidades*. (pp. 149-170). Curitiba: Juruá.
- Perucchi, J. & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000200005>
- Pinto, R. M. F., Micheletti, F. A. B. O., Bernardes, L. M., Fernandes, J. M. P. A., Monteiro, G. V. & Silva, M. L. N. (2011). Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serv. Soc. Soc. São Paulo*, 10(105), 167-179. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. (2012, 12 de dezembro). Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Rosado, A. P. N., Teixeira, K. M. D., Loreto, M. D. S. & Andrade, V. D. A. (2011). Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. *Textos & Contextos*, 10(2), 371-387. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9558/7340>

- Santos, C. V. M. dos., Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). Cuidado parental igualitário: uma revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Argumento*, 35, e35311. doi: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35311>
- Scarpellini, M. & Carlos, V. Y. (2011). Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. In *II Simpósio gênero e políticas públicas*, Londrina, Paraná, Brasil.
- Verza, F., Sattler, M. K. & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 46-60. Recuperado em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n1/v19n1a05.pdf>

Recebido em: 24/07/2020

Aceito em : 15/10/2020